

DOMINGO, 7 DE AGOSTO DE 1977

Política de saúde vai incluir empresários

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Até o final do ano, o Ministério da Saúde vai encaminhar ao Conselho de Desenvolvimento Social propostas para o estabelecimento de uma política nacional de saúde, para incorporar os empresários na execução de medidas de proteção e recuperação da saúde de seus empregados. E ainda um projeto de lei que acabará com o efeito suspensivo de mandados de segurança quando se tratar de assunto relativo à saúde.

Todas essas sugestões são fruto da VI Conferência Nacional de Saúde, realizada essa semana em Brasília. Ela reuniu 430 representantes dos Estados, municípios, entidades federais e privadas no debate de problemas de saúde do País. Muito embora seus participantes não tenham chegado a um consenso sobre as bases da política nacional de saúde de que necessita o Brasil, o encontro correspondeu às expectativas do ministro da Saúde.

A Conferência mostrou a fragilidade das Secretarias estaduais de Saúde para executar

programas e leis federais em seus Estados, reconheceu a necessidade de expansão dos serviços simplificados de saúde para atender às populações desassistidas e, como subproduto importante, resultou na decisão dos Estados de romper os convênios firmados com a Bemfam para execução de atividades de planejamento familiar.

Os participantes da Conferência apesar de apoarem a expansão dos serviços simplificados de saúde, discordaram da forma proposta pelo Ministério da Saúde. Em lugar de duas redes de serviços, uma sanitária e outra assistencial recuperadora, vários grupos de trabalho propuseram a integração.

As duas redes, uma sob comando da Previdência Social e outra sob diretrizes do Ministério da Saúde, provocariam — segundo os grupos de trabalho — a fragmentação da assistência. Para grande parte dos conferencistas, a proposta do Ministério da Saúde mantém a divisão de poder que se observa no setor saúde a nível federal, contrariando a filosofia de integração dos diversos serviços. O documento não será enviado logo ao Conselho de Desenvolvimento

Social. Antes o Ministério da Saúde pretende dar os Estados e demais entidades públicas e privadas prazo para que, fora da agitação que marcou a VI Conferência, opinem sobre a política nacional de saúde, a fim de que o documento, quando aprovado, possa ser executado nos Estados com resultados positivos sobre o nível de saúde da população.

Por outro lado, a conferência confirmou o despreparo dos Estados para executar as políticas e programas do Ministério da Saúde. Além de seus compromissos com a assistência médica curativa e o atendimento previsto nos convenios globais, as secretarias de Saúde estaduais teriam ainda que controlar e notificar doenças transmissíveis, verificar padrões de potabilidade das águas de abastecimento público, fiscalizar alimentos, drogas e medicamentos expostos ao consumo, realizar a programação de vacinações obrigatórias. E muitas outras obrigações previstas em diplomas legais do governo federal. Para tanto, deverão ser auxiliadas pelo governo ou então será impossível cumprir as determinações.